

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO CRÍTICA E SUPERAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL¹

Lana Glayce Dias Ferreira Pontes²
Marilena Loureiro³

1 INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva compreender a relação entre a educação, a pobreza e a desigualdade social no Município de Itaituba - Estado do Pará - Brasil. Examina-se o programa Bolsa Família, procurando compreender se esse programa possibilita, ou incentiva, a permanência dos alunos na escola, tendo como base os dados obtidos na pesquisa de campo realizada no município, coletados entre janeiro e fevereiro de 2017. Tendo em vista que a educação ambiental busca ultrapassar os limites dos muros da educação formal, transcendendo os limites do campo científico e estabelecendo um diálogo com os vários segmentos da sociedade. Cunha (2001) a rompe com as perspectivas lineares, fragmentárias, coisificadoras e unidimensionais, calcadas em estruturas totalitárias, propondo a possibilidade de realizar uma educação que estabeleça relações claras com a condição social dos alunos, com o real compromisso e responsabilidade na construção de possibilidades de mudanças na condição social de cada aluno, a partir da realização de uma educação crítica e emancipadora, conforme Freire (2016). Segundo Leff (2001) a apropriação subjetiva da realidade imprime novos sentidos civilizatórios ao mundo. Para Amartya Sen (2010) a relação entre baixa renda e baixa capacidade (econômica, política, social, garantias de transparência, segurança) é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos. Ele afirma que o impacto da renda sobre as capacidades do indivíduo são contingentes e condicionais, ou seja, que são incertas e que dependem das circunstâncias nas quais o indivíduo está envolto, dentre elas, por exemplo, a idade, o sexo, localização, condições epidemiológicas e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle, ou ter controle limitado. Daí a importância da ação pública, através da educação e políticas públicas destinadas a reduzir a desigualdade e a pobreza e procurar atender estas variáveis.

Dentro dessa perspectiva nasce a questão de pesquisa: *A educação ambiental pode possibilitar a mudança na condição de pobreza e desigualdade social no Município de Itaituba-Pará?* A hipótese de trabalho sustenta-se na possibilidade de realizar uma educação capaz de estabelecer relações claras com a condição social dos alunos, com o compromisso e a responsabilidade de construir reais possibilidades de mudanças na condição social de cada aluno, a partir da realização de uma educação crítica e emancipadora.

O artigo está organizado em seis seções. Na presente seção, apresentou-se a contextualização da pesquisa. Na segunda seção, o referencial teórico da pesquisa. Na terceira seção, o referencial empírico de investigação. Na quarta seção, o quadro das

¹ Mestre Trabalho apresentado no dia 29/07/2017 no Núcleo de Meio Ambiente-NUMA

² Pedagoga-Especialista em Gestão de Cidades e Sustentabilidade Universidade Federal do Pará. E-mail: lanaferreira7878@gmail.com

³ Doutora em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido- Universidade Federal do Pará. E-mail: marilenaloureiro@yahoo.com.br

condições materiais e humanas da escola. Na quarta seção, aborda-se a metodologia do trabalho. Na quinta seção, apresenta-se resultados e discussão. Finalmente na sexta seção, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação ambiental como possibilidade de compreensão crítica e superação da condição social de pobreza e desigualdade

Historicamente podemos observar que a humanidade, como um todo, não tem cuidado bem do planeta, nem dos seres que nela vivem. Boff (2012) nos fala sobre a situação atual que nos encontramos, social e ecologicamente, tão degradada que a continuidade da forma de habitar a Terra, ou seja de produzir, de distribuir e de consumir, não tem nos oferecido condições de salvar a nossa civilização, indo mais adiante, ao dizer que não conseguimos salvar a nossa própria espécie humana. Estamos imersos em um mar de injustiças e, portanto, de insustentabilidades em todos os aspectos, expressos em limitações de diversas possibilidades de liberdade que o homem e a natureza tem de coexistirem.

Sen (2010) fala de cinco tipos distintos de liberdade, a liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e a última como a garantia da segurança protetora. O autor afirma que cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajudam a promover a capacidade geral de um indivíduo e que estas ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral.

Segundo Leff (2001), estamos vivenciando uma crise ambiental, que se torna evidente na década de 60, refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico.

Na década de 60 tivemos a publicação da obra de Rachel Carson, primavera Silenciosa, em 1966, tivemos assembleia geral da ONU, em 1968, e a fundação do clube de Roma: grupo de pessoas que se reúnem para discutir assuntos relacionados à política econômica internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Em 1972 tivemos a elaboração pelo grupo do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts - Universidade Privada) do relatório intitulado “limites do crescimento”, contratado pelo clube de Roma. Vale ressaltar que, segundo Leff (2001), naquele momento foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da humanidade.

Assim, o atual modelo de desenvolvimento no qual estamos inseridos caracteriza-se por uma centralidade econômica exacerbada, que supervaloriza a produção e o consumo, em detrimento das questões sociais, ecológicas, ético-culturais, espaciais e epistemológicas. Reduzindo tudo aos interesses econômicos desenvolvimentistas que Lima e Layrargues (2014), caracteriza como uma crise multidisciplinar, de alta complexidade e de relevante interesse público, porque implica em riscos sociais globais, em especial para as populações mais vulneráveis socialmente. Verificamos esse quadro na Amazônia com a instalação de grandes projetos, aberturas de estradas, por exemplo, que ocasionam extensos desmatamentos com severos impactos à fauna, flora, clima e à vida das pessoas da região e de todo o planeta, neste caso específico, o município de Itaituba-PA. Não podemos deixar de considerar o impacto que as empresas de mineração têm provocado no que se refere ao meio natural, social, econômico, cultural desse município e que deve ser ponto de partida nas discussões e temas construídos no âmbito escolar. Tendo em vista uma prática pedagógica e social de acordo com a teoria emancipatória e crítica do fazer

educativo, que busca romper com uma ordem preestabelecida, linear, sequencial e essencialmente hierárquica e dominante e que deve dar lugar a outra ordem intrinsecamente flexível, progressiva, complexa, coordenada, interdependente, solidária, autorregulada (GUTIERREZ; PRADO, 2013). O autor nos diz que a segunda é resultado do processo, da cotidianidade, da realização que se caracteriza pela flexibilidade e dinamismo. Nesse sentido, possibilita-se a construção de um novo tecido social inerente à sustentabilidade e à promoção da vida.

Diante desse cenário surge um campo potencialmente propício para a Educação ambiental, haja vista que as respostas reducionistas e monodimensionais em suas abordagens (LIMA; LAYRARGUES, 2014), não correspondem mais às exigências de uma melhor qualidade de vida⁴ a nível local, considerando o contexto amazônico, como também a nível global.

Antes de iniciar as reflexões sobre a Educação ambiental é importante esclarecer os significados atribuídos aos termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”. Leff (2009) fala que o discurso dominante de sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, o qual se refere à apropriação e transformação capitalista da natureza, incorporando a natureza ao capital, mediante uma gestão economicamente racional do ambiente. Essa situação gera uma inércia incontrolável de crescimento (DAYLE apud LEFF, 2001), mascarada na retórica de desenvolvimento sustentável, que converte o conceito crítico de ambiente⁵ numa proclamação de políticas neoliberais (LEFF, 2001).

De acordo com o relatório de Brundland (1987), desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas necessidades e aspirações, Boff (2012) nos diz que este conceito possui duas limitações; é antropocêntrico, só considera o ser humano e nada diz sobre a comunidade de vida, ou seja os outros seres vivos. O referido autor ainda esclarece que sustentabilidade é toda ação destinada a manter as condições energéticas, informacionais, físicoquímicas que sustentam todos os seres, especialmente a Terra Viva, a comunidade de vida e a vida humana, visando a sua continuidade e ainda a atender as necessidades da geração presente e das futuras de tal forma que o capital natural seja mantido e enriquecido em sua capacidade de regeneração, reprodução e co-evolução (BOFF, 2012).

Nesse sentido, a busca de uma coerência com as abordagens sobre educação ambiental como possibilidade de compreensão crítica da realidade e também como portal de superação da condição de pobreza e desigualdade social, desde o olhar de Leonardo Boff, Enrique Leff e Frederico Loureiro, emergem alguns pressupostos sobre o fazer educativo ambiental que devem ter em suas bases de sustentação os seguintes conceitos e valores: interdisciplinaridade nos processos de ensino aprendizagem, desde uma abordagem complexa da realidade e que busque trabalhar desde uma práxis educativa crítica, política, emancipatória através de bases humanísticas e éticas.

A educação ambiental nos dias de hoje se apresenta como possibilidade de realização de uma educação crítica/participativa, que responda à complexidade do contexto no qual ela aconteça. Estamos vivenciando um momento de crise socioambiental. Uma “crise de conhecimento do mundo” (LEFF, 2001). Nesta perspectiva, a crise socioambiental não é vista simplesmente como uma crise de esgotamento de recursos físicos e naturais, mas como uma crise civilizatória de esgotamento de um padrão de racionalidade, uma crise, portanto, de conhecimento. E é exatamente aí que reside a importância da constituição de um campo teórico novo para a educação, o campo da complexidade ambiental (LOUREIRO apud LEFF, 2007).

⁴ Entende-se aqui como a capacidade de uma comunidade desfrutar de uma vida média longa de forma saudável, ou seja, “viver muito” e “viver bem” (Keinert e Karruz apud Vitte, 2009, p.90).

⁵ No campo do planejamento e gestão ambiental, é amplo, multifacetado e maleável. Amplo porque pode incluir tanto a natureza como a sociedade. Multifacetado porque pode ser apreendido sobre diferentes perspectivas. Maleável porque, ao ser amplo e multifacetado, pode ser reduzido ou ampliado de acordo com as necessidades do analista ou dos interesses dos envolvidos (Sánchez, 2008).

Esse campo da complexidade ambiental representa uma possibilidade de um novo fazer educativo o qual contemple em sua realização à vontade em se construir o saber sobre as bases afetivas da práxis pedagógicas, que caminhe para além das fronteiras institucionais, para além dos papéis sociais, que ultrapasse as fronteiras do que esta colocado atualmente. Uma educação da teoria separada da prática e do sentir para uma educação que tenha como centro o coração, a vida em sua beleza e complexidade. A possibilidade de se construir um novo tecido da vida, dentro da própria realidade.

No que se refere à abordagem interdisciplinar, como proposta da educação ambiental, é necessário se ter cuidado com o conceito técnico de interdisciplinaridade, como apenas método para reintegração do conhecimento no campo ambiental, que segundo Leff (2012, p. 39):

O projeto interdisciplinar conserva a vontade teórica de unificar as ciências pela via da articulação de diversos campos do conhecimento, sem olhar para os obstáculos epistemológicos e para os interesses disciplinares que resistem e impedem tal via de completude.

É de fundamental importância buscar superar a tendência de criar uma ciência ambiental integradora e de criar um método para compreender as inter-relações, interações e interferências entre os diversos sistemas. Percebe-se que a complexidade ambiental é justamente o desdobramento da relação entre conhecimento e realidade, que nunca alcança a sua totalidade, devido à diversidade da vida em si, rompendo com a proposta de universalidade do conhecimento para aprender uma realidade uniforme. Nesse sentido, o primeiro passo para a realização de uma educação ambiental deve ser a identificação da representação das pessoas envolvidas no processo educativo que reflita as relações dinâmicas entre grupos sociais e meio natural e construído, o que implica num processo de criação permanente, que estabelece e caracteriza culturas em tempo e espaços específicos (REIGOTA, 2010).

Para além da interdisciplinaridade, Leff (2001) propõe o saber ambiental, que segundo ele, emerge do espaço de exclusão gerado no desenvolvimento das ciências, centradas em seus objetos de conhecimento, e que produzem o desconhecimento de processos complexos que transcendem os muros dessas disciplinas. Ou seja, emerge no campo dos excluídos pelo campo das ciências, para além dos limites da racionalidade que sustenta a ciência normal para aprender o ambiente (LEFF, 2012).

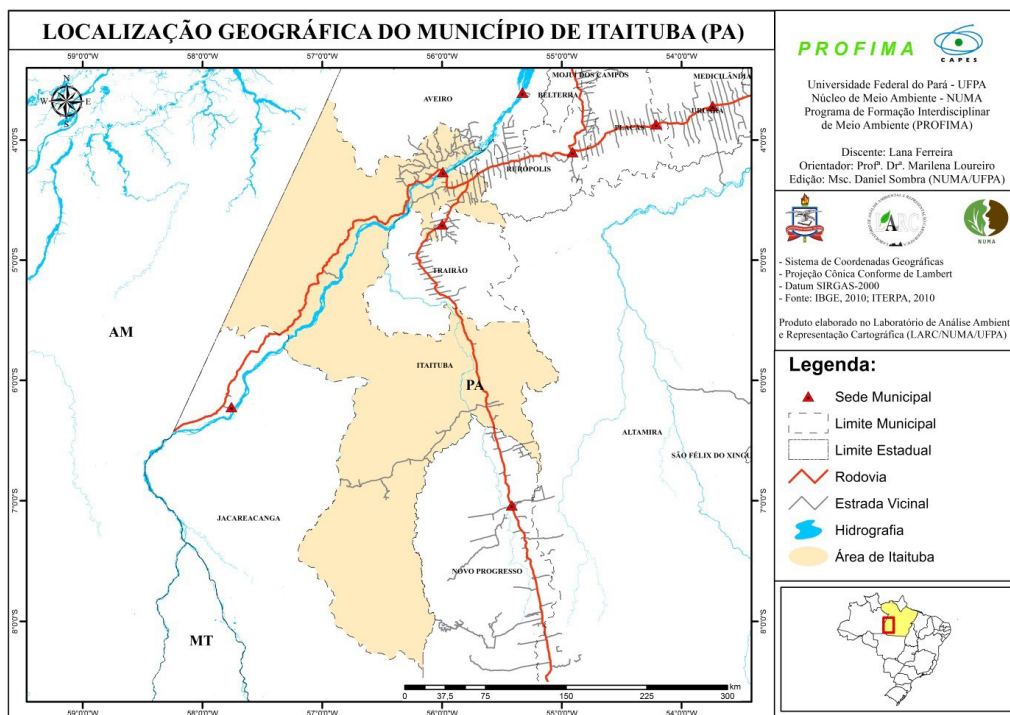
Assim o fazer educativo ambiental deve relacionar-se com a complexidade, alimentar-se dela, valorizando os diversos saberes, a diversidade cultural de cada povo, os aspectos geográficos, biológicos, sociais, religiosos, as especificidades de cada grupo de pessoas, de cada meio ambiente e do meio ambiente global, considerando a integralidade da vida. Responder ao todo com a sombra fresca da educação crítica emancipatória com os braços afetuosos de quem faz o que ama, e busca cativar corações, desde uma práxis educativa ambiental que congregue com a vida. Em uma retroalimentação positiva, no qual os nutrientes são trocados numa via de mão dupla, um ir e vir de saberes. Quem ensina, aprende ao ensinar e quem aprende, ensina ao aprender (FREIRE, 1996)

O primeiro passo do educador ambiental pode ser exatamente esse, identificar onde estão localizadas suas raízes e as do grupo com o qual irá iniciar os estudos, a retroalimentação de saberes. Perceber e conhecer os valores culturais, os problemas que o grupo que se vai trabalhar enfrenta, para que o ponto de partida seja desde o coração desta comunidade/localidade com a qual também desenvolvemos laços afetivos e de compromisso. Nós, educadores, não podemos escapar dessa realidade, é fundamental realizar a caminhada desde ela, desde uma práxis educativa de natureza ética, enquanto prática especificamente humana. (FREIRE, 1996).

3 REFERENCIAL EMPÍRICO: O MUNICÍPIO DE ITAITUBA-PA

Município localizado na região do Sudoeste paraense, na região de integração Tapajós, esta formada por seis municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão. Segundo o censo de 2010, a população estimada do município é de 97.493 habitantes. Décimo quinto município mais populoso do Estado e um dos principais centros econômicos do Oeste Paraense. Considerada cidade de médio porte. O município foi criado em 1935 (ATLAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARÁ, 2010), os fundamentos históricos do município estão ligados à conquista dos portugueses (IBGE, 2010). Os limites do município são: ao norte, o município de Aveiro; ao sul, o município de Jacareacanga; a leste, os municípios de Altamira, Rurópolis, Novo Progresso e Trairão; a oeste, o município de Jacareacanga e Maués (AM), conforme Mapa 1. O município fica localizado a uma distância de 1.626 km da cidade de Belém do Pará, capital do Estado (IBGE, 2010).

Mapa 1 – Localização Geográfica de Itaituba-PA



Fonte: IBGE, 2010 (Alterações: Daniel Sombra e Lana Ferreira)

De acordo com IBGE (2010), a taxa de analfabetismo no município para pessoas de 15 anos de idade ou mais é de 21,2% e de 25 a 39 anos de idade é de 11,2% e de pessoas entre 40 a 59 anos é de 31,2%. Demonstrando que o município possui um número considerável de pessoas em condição de analfabetismo.

A cidade é conhecida pela intensa atividade de mineração de ouro no Vale do Rio Tapajós, agropecuária e outros serviços, assim como pela diversidade de paisagens naturais. (IBGE, 2010)

Segue abaixo a Tabela 1 com dados para se ter uma visão geral do sistema educacional do município no ano de 2012, desde o corpo docente a quantidade de escolas, de acordo com os dados do IBGE, considerando escolas municipais, estaduais e privadas:

Tabela 1 – Sistema Educacional do Município de Itaituba-PA

Especificação	Quantidades
Docentes Ensino Fundamental	1.542
Docentes Ensino Médio	446
Docentes Ensino Pré-escolar	294
Escolas Ensino Fundamental	121
Escolas Ensino Médio	12
Pré-escolar Pública	54

Fonte: IBGE, 2010 (Tabela:elaboração própria)

De acordo com IBGE (2012), no ensino fundamental foram contabilizados 20.886 alunos matriculados, no ensino médio um total de 4.620 alunos e no ensino pré-escolar foram registrados 3.375 alunos matriculados, em um universo de escolas públicas municipais e estaduais e particulares.

Para levantamento dos dados desta pesquisa foram entrevistados diretores, vice-diretores, coordenadores pedagógicos e professores de 25 escolas municipais e 1 escola estadual do referido município. Sendo que no município existem 7 escolas estaduais e 167 escolas municipais (IBGE, 2012).

3.1 Condições materiais e humanas das escolas

Na pesquisa realizada em vinte e seis escolas públicas no município de Itaituba-PA pelo Grupo de Estudos em Educação, cultura e meio Ambiente - GEAM/UFPA, sobre o programa Bolsa Família, observou-se que, no que se refere à infraestrutura, as escolas, em sua maioria, utilizam água de poço artesiano e não possuem rede de esgoto pública, com relação a equipamentos eletrônicos, grande parte das escolas possui, em caso específico, os computadores, percebeu-se que a quantidade por escola não é suficiente para atender as necessidades destas e alguns computadores estão com defeito.

Kimura (2008), fala sobre a importância das condições de infraestrutura e que os próprios professores consideram como um aspecto fundamental para o desenvolvimento de suas atividades docentes. Nesse sentido, pode-se considerar que a infraestrutura influencia no processo de ensino aprendizagem, pois na compreensão de Satyro e Soares (2007) insumos escolares são compreendidos como infraestrutura de maneira geral: quantitativo de alunos por turma, quantitativo de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhorias no prédio escolar, salas de leitura ou biblioteca, equipamentos. Nesse caso, representa tudo o que o dinheiro pode comprar. Consequentemente tem seus impactos positivos e negativos no processo de ensino aprendizagem, assim como no que se refere às questões motivacionais de permanência do aluno na escola.

No que se refere ao corpo docente desse total de escolas, 20 docentes possuem apenas graduação, 133 possuem especialização, 3 possuem mestrado e nenhum possui doutorado.

Na educação infantil, nesse quantitativo de escolas, existem 1.058 alunos matriculados, no ensino fundamental I, existem 4.683 alunos matriculados, no ensino fundamen-

tal II, existem 3.022 alunos matriculados, no ensino médio 629 alunos matriculados, no EJA- Educação de Jovens e adultos soma um total de 640 alunos matriculados.

De um total de 26 escolas pesquisadas, apenas 5 escolas funcionam em tempo integral, 16 escolas possuem posto de saúde nas proximidades, e demais estruturas como CRAS – Centro de Referência de Assistência Social e o CAPS – Centro de Apoio Psicossocial e Conselho Tutelar – não estão nas proximidades de nenhuma das escolas envolvidas nesta pesquisa.

Nenhuma das escolas pesquisadas possui em seu quadro funcional, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e nutricionista. Com relação à merenda escolar, esta é servida uma vez para cada aluno, por turno, de acordo com o que é disponibilizado pela secretaria municipal ou estadual de educação para as escolas.

Com relação às condições físicas, no geral, de acordo com os dados de pesquisa constantes nos gráficos, no decorrer deste artigo, nota-se que a maioria das escolas está inadequada para o atendimento das necessidades dos alunos, no que se refere à infraestrutura.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA

4.1 O Campo de análise

O trabalho empírico teve como campo de estudo, 26 escolas públicas no Município de Itaituba-PA, com alunos do ensino fundamental. A escolha deste nível de escolaridade deve-se ao fato de que os alunos neste nível constituem o grande público-alvo do Programa Bolsa Família.

4.2 Plano de investigação empírica

Neste ponto iremos explicitar as diferentes fases de desenvolvimento do trabalho empírico e as diferentes atividades promovidas em cada uma dessas fases.

4.2.1 Fase 1 do trabalho empírico:

Esta fase teve como objetivo geral a programação do desenvolvimento da pesquisa onde se incluiu: a escolha e estudo do contexto onde iria decorrer o trabalho, no caso as escolas do Município de Itaituba-PA, seguido de elaboração de estratégias auxiliares à investigação pretendida e o estudo dos instrumentos de recolha de dados. Dentro desta programação, salientam-se as seguintes etapas:

- a. *Análise de documentos:* análise do programa Bolsa Família.
- b. Estabelecimento de cronograma das atividades de acordo com o objetivo da pesquisa.
- c. Leitura e estudo sobre o formulário para pesquisa de campo junto aos demais bolsistas do GEAM – Grupo de Estudos em Educação Ambiental, Cultura e Meio Ambiente aos alunos das escolas de Itaituba-PA.
- d. Tabulação dos dados da pesquisa de campo realizada pelos bolsistas do GEAM.

4.2.2 Fase 2 do trabalho empírico:

Nesta segunda fase ocorreu a implementação das atividades experimentais relativas aos conteúdos escolhidos, ocorreu a coleta de dados no âmbito deste trabalho empírico. Para tal, desenvolveram-se as seguintes atividades:

- a. Distribuição dos formulários de pesquisa aos bolsistas do GEAM envolvidos na pesquisa de campo.
- b. Aplicação do formulário nos diversos campos de pesquisa, nesse caso, município de Itaituba.
- c. Tabulação e análise das informações e obtenção dos resultados pelas autoras deste artigo.

Em função da metodologia traçada, optou-se por conceber e desenvolver o trabalho empírico a partir das sugestões de atividades experimentais preconizadas em nossa formação acadêmica, compreendendo os grandes aspectos do Programa Bolsa Família, e em observação aos pontos defendidos pelos teóricos estudados para a elaboração deste artigo. Assim, numa primeira fase, selecionaram-se os assuntos sobre os quais iria incidir o trabalho empírico. Fez-se uma análise dos mesmos, bem como da forma como eram executados habitualmente no âmbito da área de estudo, que se passa a descrever. Para o tratamento dos dados de forma rápida, com a minimização de erros, utilizou-se como ferramenta o programa Microsoft Excel.

O tratamento dos dados usando a estatística descritiva e a sua representação gráfica teve como objetivo, no âmbito deste trabalho empírico, descrever os dados, pondo em evidência as suas características principais, capazes de apoiar a explicação do objeto de estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere à relação entre educação, pobreza, desigualdade social, observa-se, nas respostas obtidas nas pesquisas, a percepção, por parte dos entrevistados, da relação existente entre estes aspectos, no sentido de a educação auxiliar na erradicação da pobreza. Assim como a importância das políticas públicas para as pessoas pobres, para que estas tenham as condições de vida básicas garantidas para a superação dessa condição social, através da educação, que segundo Amartya Sen (2010) é indutora de desenvolvimento. Ele especifica cinco espécies de liberdades instrumentais que se ligam umas às outras e com o objetivo de plenitude da liberdade humana, ou seja, do desenvolvimento humano em geral, são elas: liberdade política, disponibilidade econômica, oportunidades sociais (dentre elas o acesso à educação formal), garantias de transparência e proteção da segurança (SILVA, 2010).

Na pesquisa observou-se nas respostas dos entrevistados a importância de uma boa nutrição para que o aluno se desenvolva com saúde e possa desenvolver seus estudos. Outro aspecto se refere à vergonha de ser pobre, não ter material escolar, são alguns aspectos que interferem no rendimento escolar do aluno e que estão diretamente relacionados à pobreza e seguindo o raciocínio de Amartya Sen (2010) a limitação das capacidades do indivíduo impactada pela falta de renda ou de renda insuficiente. Ainda segundo este autor, a maioria da população mundial sofre de diversos tipos de privações, sendo recusado a muitos a liberdade básica de sobreviver, tais como as privações de: alimentos, nutrição adequada, saúde, saneamento básico e água potável, educação eficaz, emprego rentável, segurança econômica e social e de liberdades políticas e direitos cívicos. Estas últimas de fundamental importância para a construção de suas vidas, pois através delas, têm a oportunidade de participar em decisões cruciais respeitantes à vida pública. Importante considerar o papel fundamental que a educação assume na perspectiva do desenvolvimento de uma consciência crítica da realidade na qual os indivíduos estão inseridos e conseqüentemente no desenvolvimento das demais capacidades referidas por Amartya Sen.

As condições de moradia e acessibilidade são fatores que influenciam o desempenho nos estudos, segundo os entrevistados, embora em uma das escolas, um professor respondeu que estes aspectos impactam parcialmente; porém, em sua justificativa, afirma que o fato de ter onde morar e morar em boas condições interfere diretamente no rendimento escolar. Assim, notou-se nesta pesquisa que a privação de potencialidades elementares tem seus reflexos no desempenho escolar dos alunos.

Dez professores dizem que se sentem parcialmente preparados para tratar do tema pobreza e desigualdades sociais e sete dizem que não estão preparados, explicando que há necessidade de cursos de formação específica voltados para este tema, assim como o exercício da pesquisa constante, por parte dos educadores, através de leituras, diálogos com os alunos, considerados como fundamentais para prática pedagógica. Importante considerar também, que a formação de professores inclui além do professor, outros profissionais da educação, como os diretores das escolas e coordenadores pedagógicos, já que todos se relacionam diretamente com os alunos e participam das construções no interior da escola. Sabemos que os professores, para construir sua vida profissional, buscam subsídios teóricos diversos, de acordo com suas necessidades, e que os cursos de graduação não oferecem condições suficientes para o exercício do magistério, tornando-se insuficiente, e, dessa forma, o professor é constantemente exigido no dia a dia por uma busca de formação continuada. Segundo Nóvoa (1992), a formação não se constrói pela acumulação de cursos, conhecimentos e técnicas, mas sim por um trabalho de reflexividade crítica sobre a própria prática e de reconstrução permanente de uma identidade pessoal, ou seja, a necessidade de busca pessoal de cada professor por seu aprimoramento profissional.

Com relação à violência doméstica, vinte professores entrevistados informam que percebem quando os alunos estão sofrendo algum tipo de violência e que estas são, na maioria das vezes, sofridas no ambiente familiar, tais como: violência sexual, espancamento, uso de drogas, prostituição, trabalho infantil. A violência doméstica, contra as crianças e adolescentes é um fenômeno que vem se tornando cada vez mais percebido no ambiente escolar, geralmente estes atos são marcados pelo fato de as crianças e adolescentes não conhecerem os métodos e caminhos para se defenderem. Este tipo de violência envolve abusos físicos e psicológicos, assim como abandono e exploração do menor, deixando marcas no corpo e no psicológico do indivíduo, que irão refletir em suas relações sociais e cognitivas, nesse caso específico, em seu desempenho escolar.

Segundo Azevedo e Guerra a violência doméstica contra crianças e adolescentes é considerada da seguinte forma:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que as crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (1989, pag.33).

Segundo Bee, a criança que é vítima de abusos físicos pode desenvolver vários problemas, tais como depressão, ansiedade e problemas psicológicos mais sérios, além de apresentar “QI mais baixo e pior desempenho escolar” (2003, p.53).

Observa-se na pesquisa que os temas como racismo, sexismo, resistências e outras formas de preservar a dignidade são abordados via projetos nas escolas, nas salas de aula esporadicamente, em sua maioria, ou seja, percebe-se que não há uma continuidade no cotidiano escolar na abordagem desses temas durante as aulas das diversas disciplinas. Nesse sentido, percebemos aqui um vazio a ser preenchido, e de extrema importância para o desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos, para a construção de suas identidades. Para Paulo Freire (2016), a conscientização é apossar-se da realidade, desmistificá-la, ou seja, por meio de um trabalho humanizador, desvelando essa realidade para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante. Diz ainda mais, que quando os temas são escondidos pelas situ-

ações-limite, de modo que não são claramente percebidos, as ações dos indivíduos, não podem ser realizadas de modo autêntico, nem de modo crítico, nesse caso as pessoas tornam-se incapazes de ultrapassar as situações limites pra descobrir que adiante delas encontram-se possibilidades não experimentadas. Aqui tem-se um excelente terreno para a realização da educação ambiental, pois segundo Loureiro (2012), não há mudança ética possível quando se ignora a sociedade em que se move, justificando que os valores não são um simples reflexo da estrutura econômica, mas são definidos a partir de condições históricas específicas, inseridas num movimento dialético de mútua constituição entre objetividade e subjetividade. Não há como realizar uma educação emancipadora, compromissada em possibilitar o “desenvolvimento das liberdades” (SEN, 2010) dos indivíduos ignorando seu contexto social, sua condição de pobreza, buscando dialogar sobre esta realidade com eles e possibilitando a estes alunos a superação dessas condições através da educação.

Loureiro (2012), nos convida à realização de uma educação ambiental emancipadora que se conjuga a partir de uma matriz que compreende a educação como elemento de transformação social inspirada no diálogo, no exercício da cidadania, no fortalecimento dos sujeitos, na criação de espaços coletivos de estabelecimento de regras de convívio social, como também na superação das formas de dominação capitalistas, na compreensão do mundo em sua complexidade e da compreensão da vida em sua totalidade. Rompendo dessa forma com as posturas ingênuas que não dialogam com as condições sociais nas páginas do passado.

Na visão defendida em Amartya Sen (2010, pag.120) a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, mas não ignora que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser a principal razão da privação de capacidade de um indivíduo. Dessa forma, podemos considerar que as dificuldades financeiras geram problemas de alimentação, nutrição, saúde, autoestima, neste estudo, especificamente, nos alunos da educação básica, refletindo no seu desempenho educacional e até mesmo em sua permanência na escola. Haja vista que segundo Sen (2010), a ausência de liberdades substantivas, relacionam-se diretamente com a pobreza econômica, que segundo autor, rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de se alimentar satisfatoriamente, de cuidar da saúde, de vestir-se, de morar de modo apropriado, de ter acesso a serviços de maneira geral, tais como educação, água tratada, rede de esgoto, alimentação adequada, serviço de saúde.

Nas respostas analisadas observou-se a relação estabelecida entre pobreza, desigualdade social e seus reflexos na educação dos alunos, como fator de dificuldade para continuidade dos estudos e a educação também como possibilidade de superação da condição social dos alunos, conforme gráfico abaixo:

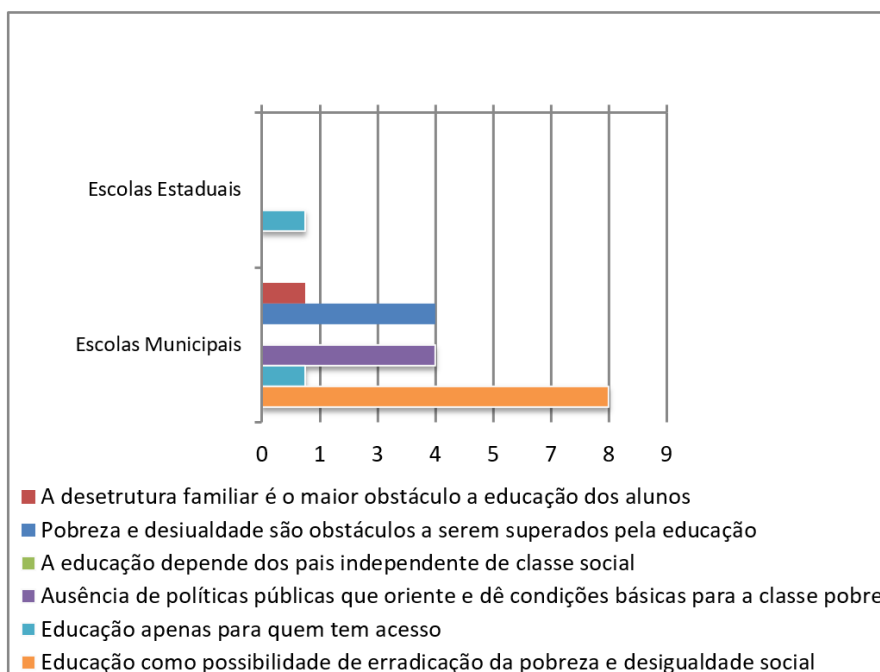


Gráfico 1 – Relação entre educação, pobreza e desigualdade social

Fonte: Elaboração própria

De acordo com as entrevistas, apenas 14 escolas justificaram suas respostas, dentre estas observou-se que entre os entrevistados as respostas que afirmam que a pobreza interfere no rendimento e desempenho dos alunos devido a estas crianças não terem uma boa alimentação e não terem acesso ao atendimento de saúde de qualidade e adequado, influenciando o processo de aprendizagem, pois a carência alimentar afeta o desempenho mental, provoca doenças e, conseqüentemente, faltas na escola, assim como a condição de pobreza tem seus reflexos na baixa autoestima do aluno, pois este aluno tem vergonha de não ter material escolar, ou do uniforme velho, ou por não poder adquirir materiais e, conseqüentemente, esses fatores geram a falta de estímulo aos estudos. Muitas vezes não tem auxílio nas tarefas e atividades da escola no âmbito familiar, nem material escolar. Outro fator citado se refere às condições de acesso e permanência nos estudos que são diferenciadas, no que se refere à condição financeira e social.

Os que responderam que a pobreza não influencia no aprendizado e desempenho do aluno justificaram, que a escola tem o poder para trabalhar o desempenho e aprendizado do aluno, independente da classe social deste, outros dizem que alguns alunos pobres se destacam nos estudos e que, por esse fato, a condição de pobreza não determina e nem interfere nos estudos, os outros dois que responderam não, não justificaram suas respostas.

Um entrevistado de uma escola que respondeu que a moradia, bairro e forma de acesso influenciam no rendimento e bom rendimento das crianças justificou que às vezes a moradia não é adequada, não tem água encanada, saneamento e por serem de difícil acesso, isto influencia em seu aprendizado e também influencia nos atrasos; outra respondeu que essas dificuldades geram desânimo nos alunos em irem para a escola.

Os que responderam que este aspecto influencia parcialmente no desempenho e rendimento dos alunos na escola justificam que se estes tem uma família compromissada com os estudos de seus filhos a influência desse aspecto será menor, assim como a falta dessa infraestrutura principalmente no período do inverno dificulta o acesso as escolas,

outro caso citado é dos alunos que dependem do transporte escolar e que às vezes não vão para a escola devido problema com esse transporte, desse modo essas precárias condições e falta de transporte dificultam as crianças, assim estes não chegam na escola ou chegam atrasados na maioria dos dias.

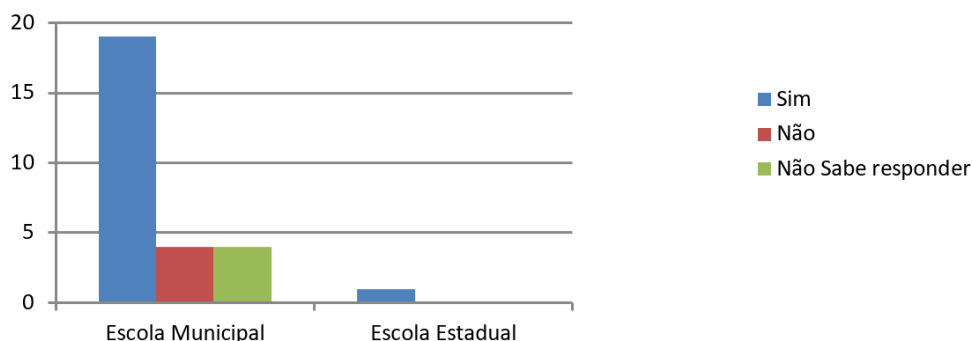


Gráfico 2 – A condição de pobreza interfere no rendimento e desempenho das crianças?
Fonte: Elaboração própria

No que se refere a preparação do corpo docente em trabalhar o tema de pobreza e desigualdade social com os alunos, os professores que responderam que se sentem preparados para essas discussões dizem que é devido alguns professores terem mestrado em educação por esse motivo se sentem aptos a realizar estas discussões, em outras respostas observa-se que a formação profissional não é suficiente, se não houver uma prática compromissada com referencial de zelo, acolhimento e relações humanas, outro professor informa que suas vivências pessoais lhe permitem essas discussões. Essas respostas nos remetem a importância da busca de aprimoramento nas nossas formações enquanto educadores, que Nóvoa (1992) nos fala, da construção não só pelo acúmulo de cursos mas sim sobre a nossa própria prática, desde um olhar crítico e reflexivo sobre essa prática. Morin (2011) nos fala sobre a superespecialização dos saberes, do confinamento e do despedaçamento do saber que produziram além do conhecimento e a elucidação a ignorância e a cegueira. Perceptíveis na crise ambiental na qual Henrique Leff (2001) nos fala sobre a crise da razão, do pensamento, do conhecimento. O autor nos diz que a educação ambiental nasce e fortalece suas bases em um novo saber que ultrapassa o conhecimento objetivo das ciências, o “despedaçamento do saber” (MORIN, 2011,P.11). Leff (2001, p.89) nos possibilita a seguinte reflexão:

A racionalidade da modernidade pretende por à prova a realidade, colocando-a fora do mundo que percebemos com os sentidos e de um saber gerado na forja do mundo da vida. O saber ambiental integra o conhecimento racional e o conhecimento sensível, os saberes e os sabores da vida. O saber ambiental prova a realidade com saberes sábios que são saboreados, no sentido da locução italiana *asaggiare*, que põe à prova a realidade degustando-a, pois se prova para saber o que se pensa, e, se a prova da vida comprova o que se pensa, aquele que prova se torna sábio. Dessa forma, restaura-se a relação entre a vida e o conhecimento.

Nesse sentido, a busca pelo aprimoramento profissional tem como possibilidade beber na fonte da educação ambiental, assim como pratica-la com o compromisso da realização de uma fazer pedagógico emancipatório e crítico.

Dentre os que informaram que estão preparados parcialmente destaca-se a importância de procurar se apropriar desses conhecimentos para partir para o campo dessas discussões; outros dizem que nunca estão totalmente preparados e que essa busca de conhecimento deve acontecer constantemente, outro aspecto é com relação as especi-

ficidades e realidade de cada comunidade o que torna a discussão muito abrangente, e o reconhecimento de que a internet, livros, visita aos alunos são fontes desse conhecimento e facilitadores dessas discussões, nunca é demais se informar para repassar esse conhecimento aos alunos.

Dentre os que informaram não estarem preparados para essas discussões, seria devido a faixa etária das crianças da escola ser entre 3 e 5 anos, inviabilizando este tipo de discussão e outro professor informa que uma formação específica referente ao tema é fundamental para o embasamento destas discussões.

5.1 O Bolsa família e suas relações com o enfrentamento da pobreza e a garantia de permanência com êxito dos estudantes nas escolas

Os relatos dos sujeitos entrevistados sobre a atuação do Programa Bolsa Família no enfrentamento à pobreza e na garantia de permanência dos alunos em idade escolar nas salas de aulas do município de Itaituba no Pará, bem como a percepção desses sujeitos que ora consideram o papel benéfico do programa na vida das famílias em situação de risco, e ora criticam a falta de organização e destinação indevida do recurso financeiro, por parte das famílias, para outros fins que não seja o material escolar das crianças.

Mesmo assim com tanto argumentos polêmicos e contraditórios em torno do programa Bolsa Família, não podemos deixar de considerar que o mesmo vem dar um apoio as famílias que não possuem nem se quer o mínimo para sua sobrevivência e, além disso, corrobora em manter crianças na escola. Fato este contribui para a diminuição da evasão escolar no referido município.

Nas escolas que possuem o programa Bolsa Família, de acordo com as respostas, as ações evidenciadas com vistas a garantir a permanência dos estudantes na escola se pautam na frequência escolar encaminhada ao Bolsa Família a cada bimestre, ao programa Mais Educação, que surge nas respostas de forma contínua, e por último o atendimento aos pais do programa.

No que se refere ao rendimento dos estudantes que participam do programa Bolsa Família, os sujeitos entrevistados ressaltam que 45% dos alunos estão dentro da média em virtude do trabalho pedagógico desenvolvido pelos profissionais da educação, pais e famílias em geral e pelo material didático oferecido ao aluno. Em contrapartida, os 15% dos sujeitos entrevistados ressaltam que muitos fatores ocasionam o rendimento insatisfatório são eles: a desestrutura familiar, a falta de acompanhamento familiar e a pobreza extrema que caminham de mãos dadas com as diferenças culturais.

O restante, que totaliza 40%, se manteve neutro, fato este que inviabiliza uma análise mais aprofundada acerca do assunto.

Com relação aos aspectos positivos encontrados no Programa Bolsa Família, segundo o olhar dos sujeitos participantes na pesquisa, os quais se dá a partir da possibilidade de oferta da aquisição aos materiais escolares dos alunos para o dia a dia na instituição educativa, bem como a melhora da frequência e assiduidade vem favorecer ao aprendizado, isto é, “Quanto mais eles veem, mais aprendem” (Entrevistado, 2016). De acordo com Freire (1973), a Educação pode dirigir-se a dois caminhos: para contribuir para o processo de emancipação humana, ou para domesticar e ensinar a ser passivo diante da realidade que está posta. Em Freire (2016, p.101) ele lança as seguintes perguntas: Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem pode compreender melhor a necessidade de libertação? Estas questões devem ser consideradas no momento da práxis educativa, para que se trilhe a construção do saber desde um “ato de amor em troca da falta de amor que se

encontra no âmago da violência dos opressores, falta de amor sim, ainda que revestida de falsa generosidade” (FREIRE, 2016, p. 72)

O percentual entrevistado que demonstra parcialmente em suas respostas, justificando em seus argumentos que ainda falta conscientização das famílias no que se refere ao destino do recurso ser voltado prioritariamente para aquisição dos materiais escolares dos filhos, como mostra o fragmento da entrevista que diz ”As famílias que são estruturadas se organizam e procuram recursos para investir nos estudos dos filhos, outros gastam com bebidas e comidas.”(Entrevistado,2016). Entretanto há que se considerar que muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social e econômica e, portanto não possuem escolhas quanto á destinação de tal recurso e tampouco condições satisfatórias de sobrevivência frente aos rigores ao modelo econômico dominante.

De acordo com as respostas dos sujeitos o Programa Bolsa Família assume o papel de assegurar a permanência dos alunos na escola mediante o cenário de vulnerabilidade social e econômica das famílias atingidas pelas políticas de cunho social, haja vista que o programa pode ser considerado como uma política pública assistencial, que visa minimizar as diferenças sociais e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária. Tal fato pode ser visualizado a partir das falas dos sujeitos que dizem: “A família sabe que é obrigada a colocar o aluno na escola” (Entrevistado, 2016); “As mães tem medo de perder o benefício” (Entrevistado, 2016); “(...) Através da frequência dos alunos o governo, a escola e as famílias são cobradas” (Entrevistado, 2016)

Nos depoimentos observa-se, acerca do tratamento dado ao público estudantil o maior percentual de sujeitos entrevistados que afirmam que o aluno é prioridade e, dessa forma, isso pode ser analisado a partir dos seguintes relatos que pontuam: “O aluno é o nosso objeto fundamental, portanto os professores e demais servidores oferecem sim atenção, admiração e afeto devido a cada aluno sem qualquer indiferença”(Entrevistado, 2016) ; “Fazemos o possível para que a infância seja respeitada” (Entrevistado,2016); “Não é aceito discriminação e todos são tratados com igualdade”(Entrevistado, 2016); “Independente da condição social a escola busca envolver todos os alunos nas atividades” (Entrevistado, 2016).

Apesar dos percentuais das respostas Negativas darem indícios que a escola cumpre uma das suas funções sociais, que é acolher todos os alunos sem distinção de raça, gênero, religião e/ou condição social tal qual, as entrevistas realizadas asseguram, isso pode ser evidenciado nas seguintes falas: “A nossa escola tem o aluno como objeto fundamental de ensino aprendizagem, o olhar de igualdade para com todos os alunos e servidores faz parte da filosofia da escola” (Entrevistado,2016); E ainda: “O planejamento das atividades que envolvem a aprendizagem, bem como as atividades sociais e esportivas, procuram sempre considerar a realidade da comunidade escolar” (Entrevistado,2016).

Entretanto, os índices significativos que respondem afirmativamente sobre haver a questão da segregação social no ambiente educativo, tornam-se um dado preocupante e revelador deste cenário social permeado de contradições, na sociedade como um todo e neste caso, na escola, e isto também está presente nos argumentos dos entrevistados, os quais sinalizam que: “A escola pública trata seus alunos de acordo com seu aspecto econômico” (Entrevistado, 2016); “A escola é um lugar privilegiado para ensinar as crianças desde cedo, com afeto e respeito pelo outro, a gente sempre prega esse depoimento e contribui com as indiferenças, mas a gente sempre presencia rótulos, preconceitos e injustiça” (Entrevistado,2016).

A análise percebida a partir do relato do entrevistado que pontua acerca da qualidade oferecida pelo sistema educacional público aos estudantes: “O ensino público é consi-

derado estático, isso vem do próprio estado, pois é perceptível, que não é de interesse da elite que os pobres tenha uma mente aberta” (Entrevistado,2016). A concepção de educação compreendida neste relato esta atrelada ao mundo do trabalho, o que para Mézaros (2008) a educação e o trabalho se subordinam.

Os outros relatos dizem que:

“A medida que temos um povo informado, teremos melhores condições de vida” (Entrevistado,2016);

“A escola trabalha com a realidade em que os alunos convivem” (Entrevistado,2016);

“A escola tenta trabalhar o social das nossas crianças e contribuir para as mesmas terem uma vida mais digna” (Entrevistado,2016);

“Todos os nossos alunos são pobres, alguns tem poder aquisitivo melhor. e na maioria são os que têm maior dificuldade na aprendizagem”. (Entrevistado, 2016).

Acerca do currículo escolar como fator que propicia uma melhor condição para o enfrentamento da pobreza e da violência nos espaços educativos, os relatos com respostas “parcialmente” alcançaram 47% das respostas, e isso se reflete nos argumentos, os quais dão conta de que este currículo oficial, para ser exitoso de fato, necessita ser dimensionado para as especificidades da região. Além disso, outro dado que aparece é a ausência do poder público enquanto instância facilitadora e propulsora de ações que possam dinamizar a vivência instituída na escola, isso nos faz compreender que a seguinte fala “As escolas são abandonadas pelo poder público e mesmo tendo um bom currículo e difícil aplicar e vivenciar” (Entrevistado, 2016) vai de encontro com outra que menciona que não cabe somente a escola carregar tantos desígnios nessa sociedade problemática pelas irregularidades econômicas e sociais, isso é percebido na seguinte fala: “A escola não é a única responsável pela educação dos alunos e enfrentamento da pobreza e violência contra crianças, jovens e adolescentes” (Entrevistado, 2016)

Os argumentos dos sujeitos entrevistados com respostas positivas sobre a escola adotar métodos e procedimentos para discutir questões relacionadas à pobreza e à desigualdade social com os alunos afirmam que tais momentos se concretizam na forma de:

“Através dos encontros pedagógicos com a discussão dos planos da SEMED. Se discute com palestrantes da área p/ trazer discussões sobre os temas de forma inovadora.” (Entrevistado, 2016);

“O Projeto Ação social voltado para a Comunidade Escolar.” (Entrevistado, 2016);

“A escola tem que estar aberta para discutir, avaliar e propor medidas que visam amenizar certas situações quando se refere ao aluno”. (Entrevistado, 2016);

“Às vezes a escola trabalha projetos com este tema, através dos projetos realizados durante o ano letivo, em reuniões, encontros pedagógicos e com o trabalho de professores e alunos em sala de aula.”(Entrevistado,2016);

“A desigualdade e a pobreza são temas transversais (nos conteúdos) discutidos de forma interdisciplinar nos conteúdos programáticos.” (Entrevistado, 2016);

No que se refere ao estímulo por parte dos professores em se trabalhar o enfrentamento da pobreza, foram obtidas as seguintes respostas por parte dos entrevistados:

“Sim, acredito que pobreza não faz o aluno ser desatento, preguiçoso ou violento e também não é sinônimo de privação.” (Entrevistado, 2016)

“Sim, tenho que fazer a minha parte para poder incentivar o outro”. (Entrevistado, 2016)

Sim é possível lidar com essa questão todos os dias. (Entrevistado, 2016)

“Sim a gente sempre informa nossos educandos sobre um planejamento familiar focando nas políticas públicas e tenta fazer um trabalho diferenciado para os mais vulneráveis.” (Entrevistado, 2016)

“Sim, até porque viemos de família, problemas de pobreza com nossos conflitos e dificuldades.” (Entrevistado, 2016)

“Sim, pois essa realidade é muito presente entre os alunos atendidos nesta unidade de ensino.” (Entrevistado, 2016)

“A pobreza sim, a desestrutura familiar não.” (Entrevistado, 2016).

Segundo Tonet (2005), o professor ocupa um papel fundamental no processo de construção de uma Educação emancipadora. Vale ressaltar, no entanto, que os agentes educacionais, ao mesmo tempo em que são responsáveis por uma mudança nos rumos da Educação, também são vítimas da própria dinâmica capitalista e da precarização do ensino público (FREITAS, 2003). Morin (2011, p.23) nos convida a seguinte reflexão sobre o desenvolvimento da inteligência humana, no enfrentamento das questões sociais, dentre outros:

Com o bom uso da inteligência geral é necessário em todos os domínios da cultura das humanidades- também da cultura científica- e, é claro, na vida, em todos esses domínios é que será preciso valorizar o pensar bem”, que não leva absolutamente a formar um bem-pensante.

Nas percepções dos sujeitos entrevistados, de um universo de 25 escolas, nove acreditam que o programa Bolsa Família tem sua contribuição no enfrentamento as dificuldades socioeconômicas das famílias a que se destinam. Isto pode ser visualizado a partir das falas pontuadas a seguir:

“Sim. pois para algumas familiares é a única fonte de renda”. (Entrevistado, 2016);

“Sim, pois este programa ajuda muito as famílias carentes.” (Entrevistado, 2016);

“Este programa garante uma melhor qualidade de vida e inclusão social para os contemplados”. (Entrevistado, 2016);

“Sim, porque com o Bolsa Família tem a possibilidade de ter uma alimentação melhor e adquirir materiais escolar.”(Entrevistado, 2016)

No universo de oito escolas que responderam negativamente às contribuições do Programa Bolsa Família, estas acreditam que o programa não é um instrumento que atenua as questões referente as necessidades vitais das familiares que vivem com limitações sóciofinanceiras, conforme observamos nas seguintes falas: “Não convém dizer que o programa Bolsa Família seja um mecanismo de enfrentamento da pobreza. Afinal essa alternativa financeira não supre a realidade na sociedade pobre como um todo.” (Entrevistado, 2016); “Não contribui 100% , é apenas um programa para “auxiliar essa família e aluno, a não parar de frequentar a escola, e isso ajuda a educação.” (Entrevistado, 2016); “Creio que não, pois em tese o dinheiro serviria para facilitar o acesso das famílias brasileiras a uma vida de mínimo conforto, porém o valor monetário de tal Programa é insatisfatório para esse fim”. (Entrevistado, 2016); “Não é possível até acomodar em alguns casos, acredita-se que este programa deixou muitos alienados.”. (Entrevistado, 2016)

E ainda há, em menor índice, os que atribuem ao programa relevância parcial, em virtude da sua utilização de forma inadequada pelas famílias que usufruem do benefício, como é visualizado na seguinte fala: “Em parte, pois as famílias que são beneficiadas acabam por fazer do benefício um "costume" passando para as gerações futuras, ao invés de quebrar o círculo da pobreza, acabam por fortalecê-la”. (Entrevistado, 2016)

Sobre as respostas indicadas pelos sujeitos entrevistados acerca dos conhecimentos adquiridos no âmbito externo da escola, com vistas a contribuir para trabalhos no entorno da comunidade, o percentual com a maioria de respostas positivas, ressalta que esses momentos ocorrem de forma diversificada e logo, se concretizam em forma de projetos, feiras lúdicas, jogos, gincanas e feiras multidisciplinares.

Segundo Mészáros (2008) a concepção de educação é tão profunda e abrangente, que logo não pode ser limitada ao ambiente da escola apenas como único espaço formal de ensino, ela vai além, haja vista entender que a aprendizagem é contínua, que a aprendizagem é a nossa própria vida e, portanto, esta em qualquer lugar e ainda ressalta que os conhecimentos adquiridos em maior parte não é mérito do ensino formal. A mudança de condição social, ou a possibilidade de melhoria desta condição de pobreza constitui, segundo Freire (2016) uma permanente revolução humana natural e que uma mentalidade mecanicista pensa que a educação pode cessar a certa altura, ou que esta pode ser interrompida ao obter poder, mas o autor afirma que para que esta seja autêntica, é fundamental que seja contínua e que esta é sempre cultural, quer durante a fase de denúncia e reconhecimento de uma sociedade opressora e de proclamação de uma sociedade mais justa. Neste sentido podemos considerar que dentro desse contexto contraditório, a revolução, ou seja, a mudança de consciência sobre a realidade, pode e deve acontecer fundamentalmente dentro da escola, através da ação educativa e da revolução cultural, dentro de um processo revolucionário.

De acordo com os dados evidenciados pode-se, em maior número, perceber que a frequência escolar não constitui um problema para o processo ensino aprendizagem daquele município. Em contrapartida, o percentual que acredita que a frequência é sim uma problemática na região ressalta como entraves desse processo a falta de acompanhamento familiar na vida escolar dos alunos. Outro ponto levantado é acerca do turno de funcionamento noturno estar mais afetado com a questão da assiduidade dos alunos e também aparecer nos questionamentos dos sujeitos a necessidade de um planejamento pedagógico diferenciado para conter a evasão dos alunos e, por certo, um maior acompanhamento do corpo administrativo da escola das estatísticas de frequência de alunos por turma.

Outra situação evidenciada é que os alunos que são beneficiados pelo programa Bolsa Família são obrigados a estar na escola e logo, tal situação atenua o problema da evasão dos alunos. Além desses, existem casos de doença que corroboram negativamente para a frequência escolar, emergindo aqui a necessidade de políticas públicas voltadas a amenizar estas situações. E, por último, a questão familiar reaparece, onde se justifica que não há preocupação devida com o rendimento e frequência dos alunos. Nesse sentido, percebe-se a necessidade do maior gerenciamento e acompanhamento dos alunos beneficiados pelo programa, em especial neste estudo, no que se refere à frequência escolar e sensibilização das famílias a estarem mais presentes na escola para que estes não percam o benefício do programa e, principalmente, para que melhorem seu rendimento escolar e suas frequências, como possibilidade de superação da condição social de pobreza.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração os dados da referida pesquisa no município de Itaituba-Pa, podemos observar que a relação pobreza e desigualdade social tem inferência direta na escolarização de crianças e adolescentes oriundos de famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, e que também a educação é uma possibilidade de superação da condição social de pobreza e desigualdade na qual os alunos das seis escolas pesquisadas estão inseridos socialmente. Os resultados apontam que há em grande escala de consequências negativas advindas da manutenção de um sistema capitalista que não favorece mudanças na sociedade.

Dessa forma, o sistema educacional sofre tal influência quando passa a assumir o seu papel atrelado às dinâmicas próprias do mercado de trabalho e não busca mecanismos de romper com a ordem econômica dominante na sociedade. Nas análises de Frigotto (2010) sobre tal assunto o mesmo reitera que:

Os efeitos do economicismo na política educacional, reforçado pela ideologia do regime militar, se expressaram, negativamente, de várias formas: pelo desmantelamento da escola pública, e reforço da educação como “negócio”; pelo dualismo que materializava uma quantidade e qualidade de serviços educacionais diversos para as classes trabalhadoras e classe dominante; pelo tecnicismo e fragmentação que diluíram e esmaeceram o processo de conhecimentos; pela proletarianização do magistério público etc. Efeitos que perduram e, em muitos casos, se agravam. (2010, p.21)

A relação entre o Programa Bolsa Família e a vida escolar dessas crianças remete a algumas considerações de acordo com as entrevistas realizadas aos sujeitos inseridos na dinâmica escolar que afirmam que o PBF traz uma maior humanização às famílias quando se assegura o benefício, não é só o repasse do recurso financeiro, mas também a reconquista de direitos básicos que ora estão sendo negados à população. São direitos como educação de qualidade, alimentação, vestuário, medicamentos, materiais escolares das crianças menores e em idade escolar e as suas respectivas famílias; manutenção e permanência de alunos nas escolas se tornou mais exitosa, fato este que vem atenuar os índices de evasão escolar; a concepção de educação plural e abrangente passa a ser alimentada e disseminada cotidianamente nas vivências diárias da escola enquanto instrumento que possibilita a mudança no seu status real; a educação busca assumir sua função social à medida que considera a aprendizagem algo dinâmica e logo, possível de ocorrer em todos os âmbitos formais e não formais, dentro e fora da escola a partir da troca de conhecimentos pautado na relações interpessoais; a busca de um planejamento pedagógico entrelaçado com temas transversais que não permitem casos de bullying, de intolerância, de violência entre outros assuntos importantes a ser trabalhados com os jovens. A escola, portanto, assume grande relevância na vida dos sujeitos que dela precisam, haja vista ser nela onde é discutido e levado o indivíduo a refletir sobre sua posição nessa sociedade de extrema centralidade econômica. Essa proposta é definida por Paulo Freire (2016) como proposta de Educação emancipadora, a qual respeita os limites e as possibilidades inscritas pela realidade concreta. Dessa forma, ela assume o papel de fomentar a consciência crítica de professores e estudantes, para que se possa intervir mais qualificadamente na realidade e nas questões sociais voltadas, em princípio, para a melhoria das condições de vida dos diversos segmentos da população.

A Educação ambiental emancipadora, crítica, pautada na complexidade, no entanto, não é tarefa somente de professores. Ela se constitui em um processo coletivo que assume como norte, a reflexão acerca da necessidade e da possibilidade de a população

oprimida despertar para as ações necessárias para a modificação da estrutura social dominante. A proposta de Educação ambiental inclui alunos, professores ou quaisquer outras pessoas que optem pela transformação social, que entendam a sociedade sob a perspectiva das tensões expressas pela desigualdade social. Dessa forma, a condição de pobreza e desigualdade social na qual os alunos das escolas públicas em sua grande maioria estão inseridos, podem ser consideradas como terreno fértil para os primeiros passos no desenvolvimento das capacidades individuais dos alunos, com o objetivo de plenitude da liberdade humana, ou seja, do desenvolvimento humano em geral, tais como a liberdade política, disponibilidade econômica, oportunidades sociais, garantias de transparência e proteção da segurança, abordadas no capítulo 3 deste artigo e que estão diretamente interligadas à educação, à apropriação de uma percepção e compreensão crítica da realidade na qual estão inseridos e como possibilidade de superação desta condição social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Atlas de Integração Regional do Estado do Pará.** Belém, PA: SEIR, 2010.
- AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo: Iglu, 1989.
- BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento.** 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- BOOF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é.** Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRUNDTLAND, G. Our Common Future. **From one earth to one world.** Nova York: Oxford University Press, 1987.
- FREIRE, P. **Educação para a liberdade.** Porto: Escorpião, 1973.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização.** São Paulo: Cortez, 2016.
- FREITAS, M. F. Q. Docência, vida cotidiana e mundo contemporâneo: que identidades e que estratégias de sobrevivência psicossocial estão sendo construídas? In: **Revista Educar**, p137-150. N 2. Curitiba: UFPR, 2003.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GUTIERREZ, Francisco, PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e cidadania planetária.** São Paulo: Cortez, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 Abr 2017.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental**. Da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia Capital e Cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Mudanças Climáticas, educação e meio ambiente: para além do conservadorismo dinâmico**. Educar em revista: Curitiba, edição especial n.3 pp.73-88, 2014 (artigo 1)

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa. Publicações Dom Quixote, 1992.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: IPEA, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.

SILVA, João Oliveira da. **Amartya Sen: Desenvolvimento como liberdade**. programa de doutoramento em economia, faculdade de economia do Porto. 2010. Disponível em: <https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf>. Acesso em: 12 Abr 2017.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.